



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V
CENTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA BEATRIZ SANTOS AZEVEDO

**CRESCER NÃO É DESENVOLVER: O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O
DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PARAÍBA (2000-2019)**

**João Pessoa
2021**

MARIA BEATRIZ SANTOS AZEVEDO

**CRESCER NÃO É DESENVOLVER: O COMÉRCIO INTERNACIONAL E O
DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PARAÍBA (2000-2019)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite

João Pessoa

2021

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A994c Azevedo, Maria Beatriz Santos.

Crescer não é desenvolver [manuscrito] : o comércio internacional e o desenvolvimento humano na Paraíba (2000-2019) / Maria Beatriz Santos Azevedo. - 2021.

46 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Crescimento econômico. 2. Comércio internacional. 3.
Desenvolvimento Humano. 4. Paraíba. I. Título

21. ed. CDD 338.9

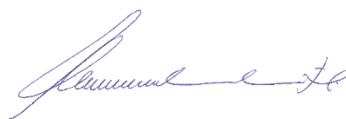
MARIA BEATRIZ SANTOS AZEVEDO

CRESCER NÃO É DESENVOLVER: o comércio internacional e o desenvolvimento na Paraíba (2000-2019)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 18/05/2021.

BANCA EXAMINADORA



Alexandre César Cunha Leite (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



André Mendes Pini
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Anna Beatriz Leite Henriques
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, minha principal fonte de incentivo, que sempre trabalharam incansavelmente para garantir-me o privilégio de estudar. Minha gratidão por tudo o que vocês fizeram por mim é imensurável, me faltam palavras para agradecê-los.

À minha irmã Lígia, que esteve sempre disposta a me ajudar durante todo esse período de graduação. Obrigada!

Aos meus familiares, obrigada por terem sido o meu suporte nessa caminhada, vocês foram uma força na minha vida.

Ao meu namorado, que durante esses 4 anos foi um grande motivador e acreditou em mim quando nem eu mesma acreditava. Bessoni, seu apoio foi indispensável para a minha formação, muito obrigada!

Aos meus amigos de curso, em especial Adriano, Laura, Valniele e Melissa, obrigada por compartilharem comigo essa experiência de aprendizado. Vocês fizeram com que essa jornada fosse mais leve e me trouxeram muitas alegrias.

Ao meu orientador, Prof. Alexandre, que me mostrou que economia pode ser algo prazeroso. Obrigada por me guiar na elaboração desse trabalho, seus ensinamentos contribuíram significativamente para o resultado dessa pesquisa.

Ao curso de Relações Internacionais da UEPB, eu agradeço por todo conhecimento que me foi passado e por me ajudar a ver o mundo além do interior da Paraíba. A minha evolução, pessoal e profissional, ao longo desses 4 anos foi algo surpreendente.

Gratidão máxima a todos que, de alguma forma, contribuíram para finalização dessa jornada.

“A prova do nosso progresso não é se aumentamos a abundância dos quem têm muito, mas se providenciamos o suficiente para os que têm muito pouco.” (Franklin D. Roosevelt)

RESUMO

Diante das disparidades socioeconômicas existentes no Sistema Internacional, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise acerca da razão pelo qual o crescimento econômico, oriundo do comércio internacional, não se converte significativamente em desenvolvimento humano para a população da Paraíba. Por meio de uma análise quali-quantitativa, essa investigação, além de adotar uma literatura que abrange toda a discussão econômica sobre a (não) correlação entre crescimento econômico e desenvolvimento, conta com um levantamento de dados a respeito da situação social e econômica do estado paraibano entre o período 2000-2019. Nesse sentido, destaca-se que a Paraíba se encontra em uma situação de subdesenvolvimento em expansão.

Palavras-chave: Crescimento econômico; Comércio internacional; Desenvolvimento Humano; Paraíba.

ABSTRACT

Due to the socioeconomic disparities that exist in the International System, the present study aims to analyze why economic growth, fostered by international trade, does not significantly convert into human development for the population of Paraíba. Through a qualitative and quantitative analysis, this investigation adopts literature that covers the entire economic discussion on the (non) correlation between economic growth and development and relies on a survey of data regarding the social and economic situation of the state between the period 2000-2019. In this sense, it is highlighted that Paraíba is in a situation of underdevelopment in expansion.

Keywords: Economic Growth; International Trade; Human Development; Paraíba

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1-Balança comercial da Paraíba entre os anos 2000-2019 em U\$ FOB.....	31
Gráfico 2-Destino das exportações paraibanas (2000-2018).....	32
Gráfico 3-Exportações/PIB da Paraíba.....	33
Gráfico 4-composição das exportações do estado da Paraíba (2000-2018).....	34
Quadro 1-Principais produtos exportados na Paraíba de 2000 a 2019.....	34
Gráfico 5-Coeficiente de Gini da paraíba (2000-2019).....	38
Gráfico 6-Renda per capita na Paraíba (2000-2019).....	39
Gráfico 7-Expectativa de vida da Paraíba (2000-2019).....	40
Gráfico 8-Taxa de analfabetização na Paraíba (2000-2019).....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de empresas exportadoras da Paraíba de 2000 a 2019.....35

Tabela 2- IDH/IDH-M na Paraíba.....37

SUMÁRIO

Introdução	12
1.Crescimento econômico, comércio internacional e desenvolvimento	13
1.1 Entendendo a relação entre comercio internacional e crescimento econômico.....	18
1.2 A (não)correlação entre o Crescimento econômico e o Desenvolvimento.....	25
2.Panorama das exportações paraibanas	31
3. Aspectos do Desenvolvimento Humano na Paraíba	37
Considerações Finais	43
Referências	45

Introdução

Crescer e se desenvolver economicamente são um dos principais objetivos a serem atingidos por um país ou unidade federativa e, para tanto, os governantes buscam estratégias capazes de efetivar seus propósitos almejados. Em diversas pesquisas acadêmicas, autores como Haberler (1976) e Weil (2013) discorrem acerca dos fatores que possibilitam uma determinada região atingir os níveis de crescimento e, conseqüentemente, de desenvolvimento econômico esperados; entre elas figura o comércio internacional e a relação de causalidade entre as exportações e o aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

Naturalmente, entende-se que, ao fomentar as trocas internacionais, haverá, conseqüentemente, maior prosperidade econômica e, de modo geral, essa associação positiva entre o crescimento econômico e a abertura internacional é acatada (MACHADO, 2017). No entanto, a validade dessa afirmativa é frequentemente questionada, devido à falta de homogeneidade nos resultados das pesquisas que retratam a causalidade dessa relação (FELER, 2010).

Os autores como Thirwall (2005) e Carvalho (2015) ressaltam a influência positiva que as exportações exercem no coeficiente de crescimento econômico. Segundo eles, isso ocorre porque as exportações líquidas, dentre os elementos que compõem o PIB, tratam-se de uma variável apta para manter a balança de pagamentos equilibrada e promover sustentavelmente o crescimento no longo prazo.

A hipótese de que as exportações impulsionam o crescimento (*export-led-growth*) pode ser considerada um fator estratégico por estimular a competitividade e a inovação, pela capacidade de aumentar o nível de produção e a demanda dos produtos, gerando um aumento da poupança doméstica daqueles que participam dessa relação (MACHADO, 2017).

Os economistas adeptos da escola clássica concebiam crescimento e desenvolvimento econômico como sinônimos, utilizados sem qualquer distinção de significado. Todavia, com o aprimoramento das ciências econômicas e sociais, estes termos passaram a ser analisados separadamente, uma vez que, o crescimento econômico é um conceito mais simples que mensura apenas quantitativamente os resultados do produto de uma determinada região; enquanto, por outro lado, o desenvolvimento econômico é caracterizado pela sua complexidade analítica, por avaliar os aspectos qualitativos e quantitativos de uma economia, incorporando fatores como educação, renda e saúde da população (HABERLER, 1976).

Os economistas heterodoxos e keynesianos, devido à transformação conceitual, entendem que as regiões em desenvolvimento precisam olhar para além das taxas de crescimento, visto que, a partir da Segunda Guerra Mundial, os efeitos da industrialização e dos padrões de

consumo na qualidade de vida da humanidade passaram a ser amplamente discutidos na esfera política e acadêmica (OLIVEIRA, 2002). Em suma, cada vez mais, preocupa-se em vislumbrar como e se o processo de crescimento econômico está sendo direcionado para a sociedade, convertendo-se em desenvolvimento da mesma.

A pergunta norteadora desta pesquisa é: quais os motivos pelos quais o crescimento econômico, oriundo do comércio internacional, não se converte em níveis significativos de desenvolvimento humano na Paraíba? Ao dar relevância no caso do estado paraibano, esse texto busca realizar uma aproximação entre a academia e a sociedade, em razão da necessidade de construir pontes para a disseminação do conhecimento para o público externo, como os tomadores de decisão. Sendo assim, delimita-se como objetivo desse texto em analisar a razão pelo qual o crescimento econômico oriundo do comércio internacional do estado paraibano não se converte em desenvolvimento para a sociedade local.

Essa investigação está pautada numa análise qualitativa, uma vez que adota uma revisão da literatura que abrange desde a discussão econômica que reveste a relação entre comércio internacional, crescimento e desenvolvimento, até os documentos que permitem analisar o estado econômica da Paraíba. No entanto, faz-se simultaneamente um levantamento de dados quantitativos a respeito dos indicadores do estado da Paraíba; sendo utilizado o IDH/IDH-M, renda per capita, expectativa de vida ao nascer e o índice de Gini como uma base para a medição do desenvolvimento. Além disso, serão utilizados dados acerca da composição das exportações paraibanas e o saldo comercial do estado como *proxy* de comércio, adotando o PIB como o referencial para mensurar o crescimento econômico. Ademais, esse estudo é embasado por pressupostos teóricos que auxiliam na construção e na definição dos conceitos utilizados nessa análise.

Além desta introdução, esse artigo encontra-se dividido em três seções. Na primeira, retrata-se a relação de causalidade entre as exportações e o crescimento econômico, explicando, também, a (não) correlação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Posteriormente, na segunda seção, faz-se um panorama geral do perfil das exportações da Paraíba, traçando suas principais características e dos seus possíveis efeitos multiplicadores para o desenvolvimento do estado. Por fim, a terceira seção consiste em uma análise acerca do (não) efeito positivo das exportações no desenvolvimento local.

1.Crescimento econômico, comércio internacional e desenvolvimento

O Sistema Econômico Internacional é composto por economias de diversos tamanhos. Existem países ricos, pobres, desenvolvidos, subdesenvolvidos. Alguns parecem

crescer rapidamente enquanto outros simplesmente não ascendem economicamente. Por não haver um consenso a respeito da existência das disparidades e o que as causam, o fenômeno do crescimento econômico é constantemente questionado pelas ciências sociais e, apesar de constituir-se um problema econômico, influencia no comportamento dos países

As indagações sobre a origem das disparidades econômicas entre os países despertaram certo fascínio entre os economistas clássicos. O teórico Adam Smith, ao escrever "Uma Investigação Sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações" (1776), elabora diversos conceitos acerca do papel da especialização do trabalho e da produtividade na contribuição para a ascensão econômica dos países, em razão da sua preocupação em encontrar os motivos que tornam uma nação rica. Sua obra auxiliou no surgimento de novos métodos de análise e de mensuração do crescimento econômico, o que deu espaço para a emergência de teorias que, como objetivo principal, buscavam descobrir qual o fator primordial capaz de fomentar o crescimento econômico de uma região.

Em termos mais simples, podemos definir o crescimento econômico como o aumento da capacidade produtiva realizada por uma unidade econômica, ou seja, quando há uma ampliação na produtividade e no consumo de bens e serviços locais em um determinado período de tempo, este pode ser medido por termos reais ou nominais (RODRIGUES, 2015). Todavia, tradicionalmente, o mesmo é relacionado a atividade produtiva e, desse modo, é comumente mensurado através da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Preferencialmente, esse fenômeno deve consistir em um aumento dos setores primários, passando pelos secundários e até os setores terciários, seja simultaneamente ou não. Portanto, a economia em estágio de ascensão deve manifestar um resultado integrado (HABERLER, 1976). Frente ao fenômeno da globalização, vale ressaltar que o crescimento econômico deve ser advindo de uma política consciente e deliberada, na qual as indústrias e os serviços dinâmicos nacionais devem protegidos (REINERT, 2019).

As teorias econômicas relatam diversos fatores que, direta ou indiretamente, afetam o crescimento econômico. Dentre esses elementos, destacam-se: o investimento, a poupança, a inovação, o progresso técnico e científico, a natureza (endógena ou exógena), o comércio internacional e a não linearidade (MACHADO, 2017). Conforme Machado (2017) ressalta, a não linearidade do crescimento econômico pode ser entendida como as oscilações entre a recessão e a expansão dos ciclos econômicos que refletem as variações da economia, tanto no âmbito interno quando no externo.

A corrente clássica, que tem como autores principais Adam Smith (1776), David Ricardo (1817) e Thomas Malthus (1826), parte do conceito abstrato de valor, do qual a

fonte original era reconhecida no trabalho, e baseia-se na narrativa de que a fonte para a riqueza está na acumulação de capital, no livre mercado e no aumento da produtividade (COSTA, 2007). Esses autores, especialmente Smith, destacavam o papel da poupança como o motor necessário para fomentar o crescimento econômico, uma vez que a prosperidade somente poderia ser atingida por meio do valor de troca. Apesar de se inspirarem em Smith, Ricardo e Malthus expandem seus estudos e abordam outras variáveis que não haviam sido investigadas anteriormente, como a terra e a população.

Enquanto Ricardo ressaltava a necessidade de mensurar a renda com base na produtividade da terra, enfatizava a teoria das vantagens comparativas e preocupava-se com a distribuição do produto gerado pelo trabalho, Malthus, apesar de alinhado ao pensamento de Smith, defendia que, até certo ponto, o crescimento populacional se tornaria insustentável, visto que, a longo prazo, haveria um índice superior de demanda em relação à oferta (MOREIRA, 2012). Destarte, ao designar ao mercado a função de regulador automático do equilíbrio e do crescimento econômico, a teoria clássica serve como referencial para o surgimento de diversas teorias sobre o crescimento econômico.

Em oposição aos postulados da teoria clássica, surge a teoria keynesiana em defesa da existência de ciclos econômicos e do investimento como responsável pelo crescimento econômico dos Estados, uma vez que esse seria capaz de impulsionar a produtividade, o consumo e, conseqüentemente, o trabalho, ou seja, existe uma relação direta entre o ritmo do crescimento do PIB, os investimentos e a poupança de um determinado local (COSTA, 2007).

Heilbroner (1996) resalta que a teoria keynesiana não foi formulada estritamente para o crescimento econômico. O autor afirma que Keynes, ao estudar os motivos da crise de 1929, propunha uma dinâmica na qual a economia seria gerenciada pelo Estado, cujo papel principal era garantir os investimentos suficientes para impedir possíveis depressões econômicas.

Um modelo que possibilita ilustrar de forma mais dinâmica os ideais keynesianos surge por volta de 1940, denominado como Modelo de Harrod-Domar. Este explica que é necessário classificar as commodities em dois grupos: os bens de consumo, cuja produção tem como propósito satisfazer as necessidades e as preferências humanas, e os bens de produção, que são utilizados para a produção de outras commodities. Além disto, o modelo resalta o investimento como o motor para o crescimento econômico. Os seus formuladores argumentam que a poupança e o consumo são variáveis excludentes, visto que a primeira

apresenta maiores índices de acumulação de capital quando há uma ausência da segunda (RAY, 1998).

Portanto, quanto maior for a poupança, maior tende a ser o investimento na produção de diversos commodities e, conseqüentemente, o ato de fomentar a produção geraria mais renda para a economia, o que possibilitaria reservar um montante maior para a poupança que, preferencialmente, converter-se-ia em investimentos e aumentaria o crescimento econômico (RAY, 1998). Portanto, o modelo Harrod-Domar relaciona a taxa poupança e a razão entre capital e produto com a taxa de crescimento, considerando os parâmetros endógenos da economia.

A fim de preencher as lacunas deixadas pela teoria clássica, a corrente neoclássica correlaciona a teoria do valor com a do custo de produção, cujo objetivo era esclarecer a importância do progresso tecnológico no processo de acumulação de capital e, posteriormente, destacar o papel do capital e do trabalho como fonte para o crescimento econômico (COSTA, 2007).

Para elucidar como ocorre o crescimento, essa corrente adota um modelo que relaciona o produto com o capital físico, de modo que, aliado ao progresso técnico, a acumulação de capital contribui majoritariamente para a ascensão econômica de um determinado local. Conforme ressalta Ray (1998), o modelo de Solow (1956) demonstra que o PIB corresponde à uma função crescente da razão entre trabalho e capital e pode ser dividido em duas vertentes: (i) sem progresso técnico, no qual assume-se que há um “limite” para o crescimento, que pode ser denominado de steady-state (estado estacionário). Nesse caso, o crescimento só seria possível caso o capital prosperasse mais rapidamente que a população e, mesmo assim, haveria um declínio na contribuição do capital para a produção, isto é, a razão entre capital-produto ajusta-se à disponibilidade relativa de capital e trabalho; e (ii) com progresso técnico, no qual entende-se que a renda per capita aumentará conforme a evolução tecnológica, uma vez que haverá uma mão-de obra mais efetiva (e qualificada) que, aliada ao crescimento populacional, promoverá um estoque de capital crescente e estável (RAY, 1998).

Em contrapartida às ideias neoclássicas, a teoria do crescimento endógeno reconhece que só haverá progresso tecnológico caso empresas ou maximizadores de lucro, em razão dos seus interesses próprios, busquem desenvolver novas formas produtivas e mais lucrativas para produção. Ou seja, o processo de melhorias tecnológicas e do próprio crescimento econômico não é decorrente de fatores exógenos e sim, ao contrário, resultante dos fatores endógenos da economia (JONES, 2000).

Para ilustrar os postulados dessa teoria, o modelo de Romer (1986), de acordo com Jones (2000), analisa especificamente o crescimento e os avanços tecnológicos nos países desenvolvidos e, similarmente ao modelo de Solow (1956), conclui que a taxa de crescimento está relacionada com o crescimento populacional, em razão do surgimento de novos pesquisadores com a capacidade de formular novas ideias para desenvolver a tecnologia. Todavia, o autor ressalta a existência de um efeito adicional nesse modelo: a população como insumo chave para o processo criativo, uma vez que um índice de ideias maior beneficia toda a economia, cujo progresso tecnológico, ao converter-se em lucro, é oriundo do esforço social na concretização do processo criativo gerado pelas ideias que, preferencialmente, estão voltadas para o aumento da produtividade das unidades econômicas locais.

O teórico Thirlwall (2005, p. 43) se posiciona criticamente em relação às demais teorias citadas acima, argumentando que

A abordagem neoclássica do crescimento econômico e sua descendente, a “nova” teoria do crescimento, é apenas muito orientada para o lado da oferta, tratando a oferta de fatores como exogenamente dadas, mas também muito agregativa. Tratam todos os setores da economia como se eles fossem iguais. Não destacam explicitamente nenhum setor como mais importante que outro. Na prática, entretanto, o crescimento agregado relaciona-se naturalmente com a taxa de expansão do setor que tem as características mais favoráveis ao crescimento.

O autor tem como finalidade elaborar uma abordagem do crescimento econômico orientada para a demanda, com base em um modelo de crescimento impulsionado pelas exportações. Esse modelo baseia-se no argumento de que o crescimento das exportações estimula o crescimento econômico, uma vez que se presume que o setor exportador possua um nível mais alto de produtividade em relação ao setor importador, conferindo externalidades aos outros setores, o que, conseqüentemente, será revertido em crescimento econômico. Isso porque, conforme a Lei de Veerdoorn, o aumento nos índices de produção gerados pelas exportações causa transformações na composição da demanda e na estrutura produtiva, o que, posteriormente, suscitará na reformulação dos processos de produção e no progresso tecnológico que, como resultado, aumentam o valor agregado aos produtos comercializados, gerando resultados significativos para o crescimento econômico (THRILWALL, 2005).

O papel das exportações será evidenciado a partir da noção de que o crescimento da renda nacional corresponde à soma ponderada do crescimento do consumo, dos investimentos e do saldo entre as importações e exportações. O economista ressalta que isso

ocorre porque as exportações diferem dos demais componentes da demanda em três aspectos: (i) por se tratar do único componente verdadeiro da demanda autônoma no sistema econômico; (ii) por ser o único componente da demanda com a capacidade de custear os requisitos de importação para o crescimento; (iii) e, pelo lado da oferta, as importações permitidas pelas exportações podem ser mais cruciais que alguns recursos internos no desenvolvimento nacional (THRILWALL, 2005).

Dessa forma, o crescimento das exportações é capaz de instaurar um círculo virtuoso, dado que, conforme a relação de Verdoorn, quanto mais ágil for o crescimento da produção, mais instantâneo será o aumento da produtividade e mais lentamente os custos de mão-de-obra por unidade irão crescer e, conseqüentemente, mais rápido será o crescimento das exportações e da produção (THRILWALL, 2005). Além disso, o autor ressalta que, em países ou regiões em desenvolvimento, a elasticidade-renda das exportações, a escassez de divisas e o balanço de pagamentos são grandes restrições ao crescimento da demanda. No entanto, o mesmo afirma que as exportações são aptas para aliviar essas restrições e para permitir que os demais componentes da demanda evoluam, já que as exportações se trata de um componente fundamental para a demanda agregada.

Conclui-se que esse último modelo é de grande relevância para a análise do tema proposto nesse trabalho, visto que corrobora com a afirmativa de que o comércio internacional, especialmente as exportações, exerce um papel determinante no desempenho econômico local. Portanto, no próximo tópico, aborda-se, mais detalhadamente a contribuição do comércio internacional, especialmente as exportações, para o crescimento econômico. Será estudada a relação de condicionalidade entre as exportações e o crescimento, com base na hipótese de export-led-growth.

1.1 Entendendo a relação entre comércio internacional e crescimento econômico

A discussão acerca da causalidade na relação do comércio internacional e do crescimento econômico é um tema antigo e controverso, em razão da falta de consenso entre os pesquisadores da economia. Com a evolução da ciência econômica, surgiram diversas teorias que objetivavam identificar quais seriam as estratégias para a comercialização internacional e os ganhos oriundos dessas trocas comerciais entre os países.

Quando a terra e o capital eram considerados os fatores de produção, até o século XVIII, a teoria que predominava nos debates sobre a importância do comércio internacional para a economia era a mercantilista, via as trocas internacionais como uma fonte de riqueza

capaz de proporcionar superávits comerciais, pois eram responsáveis por impulsionar o crescimento pelo lado da demanda que, devido ao acúmulo de reservas internacionais, possibilita compatibilizar esse crescimento com a estabilização dos preços e do câmbio (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Entretanto, no final do século XVIII, David Hume (1752) desenvolve uma hipótese chamada de preço-fluxo de metais preciosos, na qual criticava os pressupostos mercantilistas ao afirmar que uma economia, ao acumular superávits indefinidamente, perderia a competitividade no mercado internacional e, portanto, acreditava-se que as políticas protecionistas eram ineficazes para a ascensão econômica de um país (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Os postulados da hipótese de David Hume, juntamente com a teoria do valor-trabalho, compõem a base teórica para a formulação da teoria de comércio internacional de Adam Smith (1776). Essa é fundamentada na noção das vantagens absolutas. Conforme os seus postulados, os países exportam produtos que utilizam insumos mais baratos, isto é, com custos menores de produção e importam bens que possuem uma produção mais onerosa. Smith afirma que o comércio internacional aumenta o lucro dos capitalistas que, conseqüentemente, aumenta a poupança e o investimento e, desse modo, a elevação do PIB que, por sua vez, ampliam o mercado e gera ganhos de escala (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Ao identificar um certo grau de insuficiência analítica na teoria smithiana do comércio internacional, David Ricardo ressalta que a ideia das vantagens absolutas está apta apenas para determinar o padrão comercial interno de um país que apresente perfeitamente a mobilidade dos fatores de produção, o que não é o caso das trocas internacionais. Em sua obra “Princípios e Economia Política e Tributação” (1817), o teórico introduz o conceito das vantagens comparativas, que servirá como ponto de partida para o estudo das teorias subsequentes.

A noção da vantagem comparativa representa o custo de oportunidade relativa, logo, o país precisa considerar qual processo produtivo é mais eficiente e menos custoso para que, ao realizar o intercâmbio de mercadorias, os ganhos sejam mútuos (OLIVEIRA, 2007). Em outras palavras, os bens exportados serão aqueles nos quais o país tem uma produtividade relativa do trabalho maior e importará os produtos nos quais sua produtividade relativa é baixa e, dessa forma, a comercialização internacional seria benéfica para todos.

O modelo ricardiano, em meados do século XX, passa a ser questionado, porque ao presumir que todos os países sempre irão obter um lucro esperado por meio das trocas, o autor ignora os efeitos indiretos do comércio internacional sobre a distribuição de renda dos

países. A sua crença de que é possível haver um grau extremo de especialização é inviável no mundo real e, por fim, ele não consegue explicar a existência de fluxos comerciais entre nações produtivamente similares, por desconsiderar o papel das economias de escala (KRUGMAN; OBSTEFELD, 2001).

Diferente dos postulados ricardianos, cujo a fundamentação está centrada na ideia de que a base essencial para o comércio são as diferenças tecnológicas existentes entre as nações, o modelo neoclássico de Heckscher-Ohlin (H-O) defende que as diferenças da dotação de fatores de produção devem ser consideradas como o principal determinante das vantagens comparativas entre os países (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Oliveira (2007) afirma que esse modelo está consubstanciado na ideia de que as trocas internacionais ocorrerão mediante a abundância e a escassez relativa dos fatores de produção e, por conseguinte, cada país exportará os bens intensivos no fator de produção e com maior abundância no âmbito econômico nacional. Assim, conforme as suas vantagens comparativas e a equalização dos preços dos fatores de produção, ocorrerá o crescimento econômico em ambos.

No entanto, ao atribuir uma hipótese simplificadora do tipo 2x2x2, isto é, dois países, dois fatores de produção e dois bens, o modelo H-O é incapaz de explicar a realidade atual do comércio internacional, visto que ignora fatores como a existência das economias de escala, o fluxo de comércio entre países com a dotação de fatores semelhantes, o aumento da comercialização de produtos cuja produção envolve fatores similares e, por fim, a inaptidão para explicar o fluxo comercial entre as multinacionais, no qual uma mesma empresa exporta e importa de diferentes subsidiárias (KRUGMAN; OBSTEFELD, 2001).

Os autores que serão abordados a seguir, ao sustentarem a incapacidade analítica das teorias clássicas e neoclássicas, visam explicar diversos aspectos que estão relacionados com o processo de trocas internacionais, mas que pareçam ser paradoxais aos modelos apresentados anteriormente, sendo eles: a concorrência monopolística, as economias de escala, o papel da demanda e os ciclos dos produtos.

A nova vertente teórica, que acredita na influência das economias de escala no comércio internacional, retifica que os custos do mercado ou da empresa reduzirão conforme a quantidade produzida aumentar, o que levará à formação de um mercado cujas empresas deterão de um certo grau de poder e, assim, cada país, sem sacrificar a variedade do consumo proporcionada pelo comércio, beneficiando-se dos retornos crescente de escala, produzirá uma variedade de bens mais restrita, conforme explicam Silva e Lourenço (2017).

Em seguida, o teórico Linder (1961) acredita que é necessário estabelecer uma distinção entre a comercialização de produtos industrializados e de produtos primários. O autor defende que, enquanto o comércio de produtos primários já foi anteriormente explicado pelo modelo Heckscher-Ohlin, o que irá determinar o padrão de comércio dos produtos industrializados será a estrutura da demanda, uma vez que ela é determinada pelo nível de renda per capita, pois, países que possuem um nível de renda mais elevado tendem a consumir produtos mais sofisticados, ao passo que países com baixo índice de renda consomem produtos de qualidade inferior.

Desse modo, contrário aos postulados do modelo H-O, Linder (1961) conclui que o fluxo do comércio internacional será conforme o rendimento dos países e, portanto, os produtos industrializados serão comercializados entre aqueles que possuem renda semelhante. Todavia, ao conciliar os retornos crescentes do comércio internacional com uma estrutura de mercado perfeitamente competitiva, este foi pouco difundido na literatura econômica (SILVA E LOURENÇO, 2017).

Em contrapartida, Krugman (1979), ao utilizar o argumento das vantagens comparativas para explicar o comércio interindústrias quando as nações possuem a dotação de fatores distintos, combina as economias de escala com uma estrutura de mercado de concorrência monopolística. Para ele, os lucros serão devidamente nivelados quando cada bem for produzido por uma única empresa, visto que se duas empresas produzirem o mesmo bem, o lucro será mais baixo e, dessa forma, o comércio internacional permite que haja um aumento na diversidade dos bens disponíveis. Como resultado das próprias economias de escala, as trocas fazem com que os países especializem sua produção em bens diversificados e, ao se efetivarem, geram ganhos para ambas as partes negociantes.

Os postulados de Krugman (1979) consistem na noção de que as nações tendem a especializar sua produção e a exportar os bens que possuem grande mercado doméstico. Entretanto, o autor acredita que o crescimento econômico será oriundo de uma variável exógena, que é o crescimento da força do trabalho, uma vez que, com abertura do comércio, a mão-de-obra será deslocada de setores menos produtivos para os setores que produzem em escala maior. Sendo assim, o comércio internacional ocasionará ganhos por duas vias: a primeira trata-se do aumento da diversificação da produção de bens e, conseqüentemente, do bem-estar global; e segundo porque cada país, ao se especializar unicamente na produção de produtos que possuem vantagens competitivas, eleva a produtividade do trabalho e aumenta os salários reais.

O acadêmico Krugman (1979), ao pressupor que as economias de escala são estáticas e limitadas pela dimensão do mercado, erra por não levar em consideração os países que possuem uma estrutura produtiva moderna com ganhos de escalas dinâmicos que, quando realizam as trocas comerciais, são capazes de gerar efeitos cumulativo que fomentam o crescimento econômico a longo prazo (SILVA; LOURENÇO, 2017). Além do mais, segundo Thirlwall (2005), o processo de crescimento econômico, além de possuir uma correlação com o comércio internacional, pode ser associado positivamente com o processo de industrialização, visto que atividades que têm uma demanda de preços inelástica, como a exportação de produtos primários, contribuem minimamente para o crescimento.

Considerando o papel positivo que a indústria exerce na composição do crescimento econômico, Porter (1989) desenvolve uma teoria cuja abordagem independente foca nas estratégias empresariais como um mecanismo de extrema relevância para o entendimento do fluxo comercial entre os países. Concentrando seus postulados no modelo das vantagens competitivas, o autor constata que a prosperidade econômica, tanto dos países quanto das empresas, será atingida de acordo com a forma na qual os recursos nacionais são empregados, posto que o mesmo acredita que a produtividade é a principal determinante do nível de renda e da qualidade de vida de uma nação. Em vista disso, o intercâmbio comercial entre os países estimula cada vez mais a produtividade nacional, já que:

O comércio internacional permite ao país aumentar sua produtividade, eliminando a necessidade de produzir todos os bens e serviços dentro do próprio país. Com isso, a nação pode especializar-se nas indústrias e segmentos nos quais suas empresas são relativamente mais produtivas e importar os produtos e serviços em relação aos quais suas empresas são menos produtivas do que as rivais estrangeiras, aumentando dessa forma a produtividade média da economia. As importações, portanto, bem como as exportações são parte integrante do crescimento da produtividade (PORTER, 1989, p.7).

Contudo, Porter (1989) afirma que, ao se submeterem ao comércio internacional, as empresas são expostas aos testes nacionais e internacionais dos padrões de competitividade e, para atingirem a vantagem competitiva, é de suma importância que haja o aumento da produtividade, que só ocorrerá mediante o aprimoramento do processo produtivo, seja através de inovações, novos métodos de treinamento, novas tecnologias e de novos investimentos na área de marketing. Portanto, o ponto mais significativo da teoria desenvolvida por Porter, está contido na noção de que, para que o êxito internacional seja alcançado, é oportuno que a indústria combine quatro determinantes que, quando compelidas, o autor chama de: diamante nacional. A primeira determinante é referente a dotação dos fatores de produção do país como, por exemplo, a infraestrutura ou o trabalho especializado, essa pode ser chamada de condições fatoriais. Já a segunda determinante trata-

se da condição da demanda, na qual o autor refere-se a natureza interna para qual os bens ou os serviços da indústria estão sendo demandados. A penúltima determinante é referente a ausência e a presença de indústrias correlatas e de apoio que sejam propositalmente competitivas entre si. Por fim, quarta determinante se dá pela estrutura e as estratégias das empresas somada à rivalidade interna. Ao combinar todos esses elementos, o país e as empresas nacionais aumentariam sua produtividade e exportariam cada vez mais e, conseqüentemente, elevariam os índices de crescimento econômicos locais (OLIVEIRA, 2007).

Adepto da teoria heterodoxa e contrário à maioria dos autores que foram expostos anteriormente, Kaldor (1996) afirma que é imprescindível a existência de um parque industrial moderno para que fomente uma economia de escala dinâmica e superior as outras atividades e gere crescimento econômico. Partindo do princípio da demanda efetiva, o autor acredita que o aumento das exportações é determinante para que a indústria manufatureira se desenvolva, dado que o mesmo corrobora com a afirmação de que a dotação de fatores nacionais não é a única variável capaz de determinar o padrão comercial de um país. No entanto, Kaldor (1996) postula que, para países em desenvolvimento que não possuem uma indústria moderna, o comércio internacional não contribui para o crescimento econômico da mesma forma que nos países com um polo industrial bem constituído.

Ao explicar acerca dos diferentes níveis de crescimento econômico entre os países exportadores, Kaldor desenvolve algumas generalizações empíricas que foram difundidas como as três leis de Kaldor, a saber: (i) há uma relação inegável de causalidade entre o desenvolvimento da indústria manufatureira e o crescimento do PIB; (ii) resultante dos retornos dinâmicos e estáticos de escala, existe uma relação direta entre o aumento da produção manufatureira e o crescimento da produtividade, essa também é conhecida como a Lei de Verdoorn; (iii) a velocidade em que o setor industrial e a produtividade se expandem está diretamente ligado aos retornos decrescentes da agricultura e dos demais serviços oferecidos pela indústria. Todavia, para as leis adquirirem um caráter mais preciso, é mais correto utilizar o termo estrutura produtiva moderna, em virtude do papel que o setor de serviços exerce juntamente com a indústria no processo de crescimento econômico (SILVA E LOURENÇO, 2017).

Portanto, a relação do crescimento econômico liderado pelo crescimento do setor externo, isto é, das exportações (*export-led-growth*), pode ser considerado como a quarta Lei de Kaldor, em razão do caráter indispensável da demanda autônoma, derivada das exportações, capaz de sustentar a longo prazo os índices de crescimento em estágios mais

avançados de desenvolvimento, isso porque o crescimento da economia deriva do nível da elasticidade renda dos produtos demandados (SILVA; LOURENÇO, 2017).

Destacada a importância das exportações para a economia nacional, Machado (2017) afirma que no ciclo de export-led-growth ocorre uma elevação dos níveis de transformação dos produtos finais, isto é, agrega valor e aumenta seu mercado externo, o que promove uma maior arrecadação monetária do país exportador. Ademais, a autora destaca que ao destinar parte da produção nacional para o setor externo, a participação de pequenos produtores e empresários no mercado internacional é viabilizada e que, através de cooperativas ou intermediadores de exportação, são capazes de melhorar a qualidade e a venda da sua produção.

Teoricamente, é possível justificar a hipótese de que exportar é um instrumento chave para o crescimento econômico por meio de dois argumentos: o primeiro é referente a demanda, cujo o aumento da abertura econômica amplia a dimensão do mercado e possibilita maior acumulação capital; por outro lado, o segundo argumento refere-se a oferta, no qual a expansão do setor exportador é capaz de incentivar o aumento, a especialização e a competitividade produtiva nacional e, portanto, através da difusão de *spillovers* na economia, afeta positivamente as taxas de crescimento econômico (CARVALHO, 2017).

Com base na literatura anteriormente citada é possível afirmar que existe um elo entre o comércio internacional e o crescimento econômico? De fato, sim. No entanto, Andersen e Babula (2008) apontam a necessidade de debruçarmos a nossa atenção para dois adendos que os autores observaram. O primeiro está relacionado aos problemas de mensuração existentes na literatura empírica acerca da relação causal entre a abertura comercial e o crescimento econômico, em razão da capacidade do comércio internacional afetar os índices de crescimento de diversas formas. Os autores são impossibilitados de desenvolver um modelo único e universal capaz de mensurar todos os aspectos nos quais as trocas internacionais afetam o crescimento econômico e, isso posto, a literatura não pode afirmar com total clareza se o comércio causa o crescimento, se o crescimento permite maior abertura ou se há um vínculo bidirecional entre os mesmos.

Em seguida, o segundo adendo concerne à até que ponto as regiões menos desenvolvidas são capazes de obter crescimento da sua produtividade por meio da abertura comercial, os autores acreditam que apesar do potencial de ganho da liberalização do comércio, é de suma importância que os formuladores de políticas estejam atentos a falta de insumos complementares, as capacidades institucionais da região, ao capital e ao conhecimento geral sobre o tema, sendo necessário fazer uma abertura gradual pautada em

uma estratégia bem elaborada de crescimento a longo prazo (ANDERSEN E BABULA, 2008).

Em outras palavras, utilizar o comércio como instrumento de crescimento é uma alternativa viável, o que precisamos ter em mente é que a promoção da abertura comercial será eficiente apenas quando a política econômica for elaborada adequadamente com o momento econômico internacional e com o nacional, cujas formas a serem elaboradas não cabem ser debatidos nesse artigo. No tópico seguinte será retratado as diferenças entre crescimento econômico e Desenvolvimento e, também, a (não)correlação entre ambas as variáveis.

1.2 A (não)correlação entre o Crescimento econômico e o Desenvolvimento

Tratando-se de conceitos que, aparentemente, são similares, mas que na realidade transcendem a noção de meros sinônimos, o crescimento econômico e desenvolvimento possuem diferenças bastantes significativas que só passaram a ser abordadas com a evolução dos estudos na área.

Segundo Sachs (2008), é imprescindível ressaltar que o conceito desenvolvimento vai além da multiplicação da riqueza material e que possui um viés mais qualitativo, cujo objetivo é alocar os recursos dos setores da economia, de forma que os indicadores sociais e econômicos de bem-estar sejam melhorados. Contrária a essa noção, o crescimento foca exclusivamente no aspecto quantitativo da economia, isto é, no aumento de capacidade de fornecimento de bens e serviços que levam um país a elevar seu nível de capital. Basicamente, é possível afirmar que o crescimento econômico se refere apenas à variação do Produto Interno Bruto (PIB) e não acarreta mudanças estruturais mais profundas na qualidade de vida da sociedade.

Celso Furtado (1983) descreve que as distinções entre os conceitos estão pautadas na noção de que:

O conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. [...] Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente [...] O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão. (FURTADO, 1983, p. 90)

Os questionamentos acerca do desenvolvimento já estavam presentes no século XX nos trabalhos de Schumpeter, cuja argumentação estava pautada na ideia de que o crescimento econômico possui uma característica apenas expansiva, enquanto o desenvolvimento aconteceria mediante as inovações tecnológicas realizadas pelos empresários. Em outras palavras, o desenvolvimento decorre de mudanças espontâneas e descontinuas pelo lado da oferta, que equivale a introdução de novos meios de produção e de novos produtos (RODRIGUES, 2018).

Nesse período, as estratégias voltadas para o desenvolvimento econômico estavam geralmente concentradas na rápida industrialização e eram frequentemente custeadas pela agricultura, visto que, tipicamente, o desenvolvimento era visto em termos da alteração da estrutura de emprego e produção, de modo que a participação da agricultura no processo produtivo das indústrias de manufatura era elevada. Portanto, problemas como a pobreza, a distribuição de renda, a discriminação e o desemprego eram tratados como secundários, isso porque, tradicionalmente, o desenvolvimento era visto apenas em termos estritamente econômicos e, para alcançá-lo, era de suma importância que houvesse taxas sustentadas de crescimento da renda per capita, porque só assim um país conseguiria expandir sua produção a uma taxa mais elevada que a do crescimento populacional (TODARO E SMITH, 2015).

Por ser uma abordagem mais incipiente, Schumpeter não discorre acerca dos outros aspectos que compõem o desenvolvimento, além do aspecto estritamente econômico. Isso acontece porque, segundo Rodrigues (2018), a noção de desenvolvimento que foi a base para o que discutimos atualmente, surgiu apenas após a Segunda Guerra Mundial, quando diversas nações em desenvolvimento alcançaram as suas metas de crescimento econômico, mas os níveis de qualidade de vida das pessoas permaneceram inalterados, alertando que havia um certo equívoco com as estratégias estritamente econômicas para o desenvolvimento. Sendo assim, o contexto histórico em que a ideia de desenvolvimento surge, implica a importância de reparar as desigualdades passadas e, além disso, a imprescindibilidade de estabelecer uma conexão com a capacidade de preencher o abismo civilizatório que foi permeado entre as antigas periferias colônias e as nações metropolitanas (SACHS, 2008).

Com o intuito de sistematizar o conhecimento acerca do desenvolvimento, diversos economistas elaboraram teorias que visavam a expansão do conceito. Geralmente, os modelos dividiam o Sistema Internacional entre os países desenvolvidos e altamente industrializados, denominados de centro, e os países em desenvolvimento com alto nível de dependência, chamados periferia (RODRIGUES, 2018).

Raul Prebisch, precursor do pensamento estruturalista da CEPAL, ao discorrer sobre a deterioração dos termos de troca, elabora uma teoria capaz de exemplificar significativamente a dinâmica da relação entre a periferia e o centro. A tese central do economista está pautada na noção de que os benefícios oriundos das inovações tecnológicas e do comércio internacional são direcionados apenas para as nações industrializadas. Ao observar que as nações periféricas costumam produzir e exportar produtos primários, enquanto os países centrais produzem e exportam bens manufaturados de alto valor agregado. Ele argumenta que, por meio das evoluções tecnológicas e dos maiores salários e lucros, os países industrializados reteriam cada vez mais poupança, à medida que ocorreria um declínio dos termos de troca, já que os países periféricos precisariam exportar uma quantidade maior de produtos primários para que a balança comercial seja equilibrada. Em resumo, esse fenômeno da disparidade de desenvolvimento entre os países pode ser explicado, conforme a teoria dele, a partir da noção de elasticidade-renda, cuja demanda para os bens manufaturados, com o aumento da renda, é maior que a dos bens primária, o que dificulta o desenvolvimento das nações periféricas (RODRIGUES, 2018).

Como uma alternativa à Prebisch, em 1959, Rostow elabora um modelo no qual um país precisaria atravessar cinco estágios consecutivos para conseguir atingir o desenvolvimento econômico. O primeiro estágio é a sociedade tradicional, que é caracterizada pela falta de conhecimento científico. No segundo estágio, a pré-condição para a decolagem, a sociedade ainda está situada em um estágio rudimentar da estrutura monetária e possui uma classe empresarial pouco sofisticada, mas busca desenvolver uma cultura pró-educação (RODRIGUES, 2018).

Posteriormente, no terceiro estágio, que Rodrigues (2018) destaca como a fase principal do modelo de Rostow, ocorre uma espécie de decolagem, onde o crescimento econômico surge como uma resultante de uma estratégia voltada para o desenvolvimento, no qual existe uma infraestrutura mínima para a população, há uma razoável evolução tecnológica e um aumento consistente na renda. No quarto estágio, o da maturidade, o país já tem um processo de produção diversificado com a capacidade de adquirir poupança suficiente para a redução da pobreza e a elevação dos níveis de bem-estar social. Por fim, o último estágio do modelo tem como característica o consumo elevado de bens duráveis e acima das necessidades básicas da população, cujo foi capaz de consolidar o desenvolvimento econômico.

Durante os anos 70, o termo desenvolvimento foi redefinido em termos da redução e da eliminação das desigualdades e da pobreza no contexto de uma economia em crescimento,

cujo principal slogan da época era: redistribuição do crescimento (TODARO; SMITH, 2015). Nessa época, o conceito elaborado foi o de desenvolvimento econômico que, com seu caráter multifacetado, engloba não apenas a renda e o seu crescimento, mas também outros aspectos qualitativos de vida como saúde e educação, isto é, nessa vertente o desenvolvimento trata-se da transformação do crescimento para satisfazer as necessidades diversificadas dos seres humanos, no qual o índice de renda per capita é utilizado como um indicador (RAY, 1998).

A teoria do desenvolvimento elaborada por Furtado (1983) aperfeiçoou o pensamento estruturalista da CEPAL e descreveu as causas sociais e econômicas responsáveis pelo subdesenvolvimento das regiões periféricas. Para o autor, o desenvolvimento econômico deve ser entendido como o processo de acumulação de capital fundamentado em combinações mais eficazes dos fatores de produção, cuja acumulação não deve apenas englobar a ideia de crescimento econômico, mas também estar subordinada à incentivos materiais que elevem a qualidade de vida da população. Furtado (1983) argumenta que o desenvolvimento não pode ser considerado um fenômeno espontâneo e que o Estado deve expandir os seus mecanismos de intervenção para além da função de regulador, já que para adquirir o caráter desenvolvimentista é preciso um plano de ação bem planejado e com estabilidade ao longo prazo, para que o crescimento econômico possa, enfim, ser traduzido em desenvolvimento.

Batista (2002) argumenta que, para que haja desenvolvimento econômico, é imprescindível que exista um ritmo de crescimento econômico contínuo (k) superior ao crescimento populacional (r). Ademais, é preciso que esse ritmo englobe mudanças estruturais que impliquem transformações na qualidade de vida da população, isto é, as variações em que k é distribuído entre a sociedade é um fator de extrema importância para a concretização do desenvolvimento econômico, uma vez que em situações análogas, no caso dos países e das regiões em desenvolvimento, onde $k < r$ e o crescimento econômico é distribuindo de forma inadequada, a consecução do desenvolvimento é impossibilitada.

Todavia, Furtado (1974) acredita que o conceito de desenvolvimento econômico corresponde à um mito, cujo objetivo é:

Desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento (FURTADO, 1974, p. 75)

O argumento do autor está pautado na noção de que a ideia de desenvolvimento econômico, na qual pessoas pobres tem a possibilidade de desfrutar de um estilo de vida

similar aos das pessoas ricas, é inatingível, já que as economias periféricas dificilmente atingirão um nível de desenvolvimento similar ao dos países que compõem o centro do sistema capitalista.

Amartya Sen (1987), ao adotar uma postura crítica ao conceito vigente de desenvolvimento econômico, argumenta que a economia moderna foi empobrecida a partir do momento em que economistas passaram a advogar que as políticas de aceleração do crescimento seria o meio mais adequado para atingir o desenvolvimento e não incorporaram o conceito de ética e justiça nos estudos econômicos. Tradicionalmente, o autor afirma que os teóricos do desenvolvimento mantiveram os preceitos básicos do utilitarismo em seus ideais, visto que há uma presunção de que os indivíduos buscam unicamente maximizar a utilidade. Abordar as instituições sociais de forma tão simplória categoriza os seres humanos em termos restritos, no qual os aspectos como o capital e a renda adicional passaram a ser o enfoque principal para o bem-estar coletivo.

Gradualmente, a definição de bem-estar com base no utilitarismo foi reformulada pelo ideal da Eficiência de Pareto, no qual, individualmente, o bem-estar ainda está vinculado a noção de utilidade, mas a utilidade de alguém só será maximizada caso não reduza a de outras (STANTON, 2007). Contudo, Sen (1987) acredita que utilizar a eficiência de Pareto como critério de julgamento juntamente com a abordagem utilitarista restringe a capacidade da economia de incorporar os aspectos éticos do desenvolvimento.

Ao afirmar que uma análise estritamente baseada nos bens que uma pessoa possui é insuficiente para mensurar o bem-estar, Sen (1999) elabora o conceito de funcionamento, cuja definição corresponde a uma conquista pessoal e o que ela opta por fazer ou ser com as mercadorias e as características que estão sob seu comando, referindo-se às realizações pessoais.

Derivado desse termo, o autor elabora o conceito de capacidades, que concerne à liberdade de realizar combinações com funcionamentos alternativos, isto é, a capacidade do indivíduo poder obter algo desejado, utilizar o que foi obtido da maneira que desejar e ser unicamente quem ele decide ser. Portanto, as capacidades correspondem ao conjunto completo de funcionamentos variados, englobando, também, as oportunidades. Por exemplo, uma pessoa rica que opta por realizar um jejum está realizando o mesmo funcionamento que uma pessoa que não tem o que comer. No entanto, a pessoa rica tem um conjunto de capacidades que a permitem escolher determinada ação, ao passo que uma pessoa de baixa renda não tem essa opção.

Ao basear o seu pensamento em uma estrutura onde a liberdade serve como indicador para a organização das relações sociais e humanas, bem como para orientar as ações para os fins que tornam o desenvolvimento algo realizável, Amartya Sen contribuiu significativamente para a criação do conceito de desenvolvimento humano e para a instrumentalização de uma nova métrica para mensurar o bem-estar da população (STANTON,2007).

O conceito de desenvolvimento humano foi elaborado em 1990 através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em termos simples, o desenvolvimento humano é definido como a ampliação das liberdades e das oportunidades das pessoas de modo que o bem-estar coletivo seja garantido. Paralelamente a noção de desenvolvimento econômico, esse conceito busca acomodar o ser humano no centro do desenvolvimento, onde cada indivíduo poderá viver uma vida saudável, com educação e aproveitar um padrão de vida decente. Sendo assim o desenvolvimento humano faz a junção entre a produção e a distribuição dos commodities e a expansão das capacidades humanas (ALKIRE, 2010).

Como um contraponto as medidas anteriormente usadas como índice de desenvolvimento de um lugar, Amantya Sen e Mahbub ul Haq (1999) elaboraram o índice de desenvolvimento humano, que tem como objetivo mensurar o desenvolvimento de uma forma mais ampla. Para além da relação entre PIB e população, o IDH propõe incorporar as dimensões de saúde, educação e renda. O cálculo é realizado através da média ponderada entre a expectativa de vida da população, o nível de alfabetização e de escolaridade e o PIB per capita. Os resultados variam de 0 a 1, de modo que, quanto mais próximo do valor máximo, maior será o desenvolvimento (STANTON, 2007).

Apesar do IDH ampliar as perspectivas sobre o desenvolvimento como uma medida geral, ele não abrange outros aspectos igualmente importantes para o desenvolvimento, como a distribuição de renda em uma unidade territorial. Como um complemento ao IDH, o coeficiente de Gini foi elaborado para mensurar a desigualdade da distribuição de renda de um determinado local. A medição do Gini se dá através de uma escala que vai de 0, quando não há indícios de desigualdade, até 1, quando existe uma desigualdade máximo, ou seja, quanto menor o valor do coeficiente, menor são os índices de acumulação de renda no local. Portanto, o coeficiente de Gini tem como objetivo quantificar a proporção de renda acumulada em relação a população (RODRIGUES, 2015).

Com a introdução de novas dimensões a um conceito que, por muito tempo, era analisado pelo viés estritamente econômico, fez com que a discussão sobre o

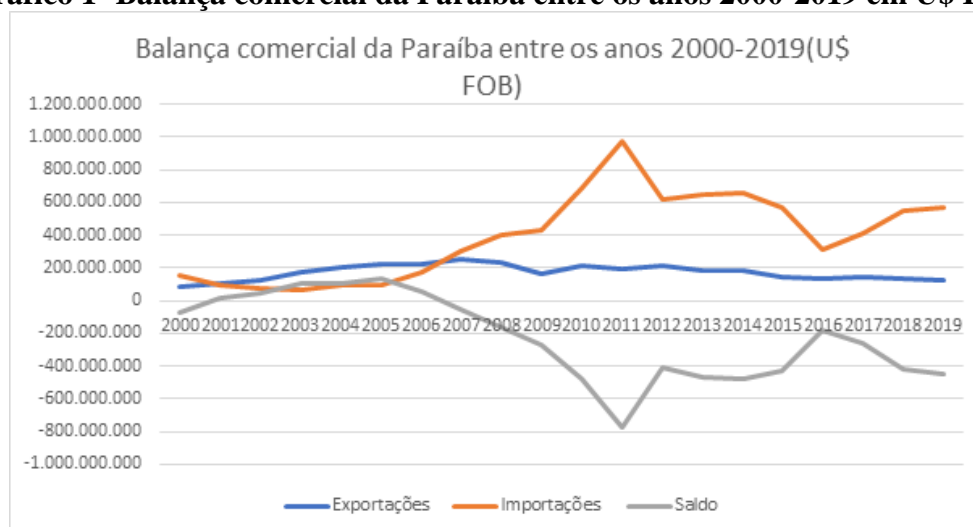
desenvolvimento se tornasse mais enriquecedora, complexa e abrangente (SACHS, 2004). Dessa forma, além de maximizar o crescimento do PIB, devemos nos preocupar em como promover a igualdade e maximizar as oportunidades daqueles que vivem em condições de vida inferiores, para que a pobreza seja reduzida cada vez mais.

Em suma, o desenvolvimento corresponde a uma combinação os aspectos sociais, econômicos e dos processos institucionais que, juntamente, buscam os meios necessários para assegurar uma vida melhor para cada indivíduo, no qual o desenvolvimento humano é o objetivo central e o crescimento econômico é um instrumento para atingi-lo. Na seção a seguir, o perfil geral das exportações do estado da Paraíba será traçado, onde suas principais características serão ressaltadas juntamente com os possíveis efeitos multiplicadores para o crescimento econômico do estado.

2. Panorama das exportações paraibanas

Em sua pesquisa, Machado (2017) ressalta a capacidade das exportações para equilibrar o balanço de pagamentos, estimular a inovação aumentando a produtividade interna do mercado local e, conseqüentemente, promover o crescimento econômico de forma sustentável. Todavia, a estrutura econômica do estado paraibano, apesar do seu grande potencial a ser explorado, não apresenta uma tendência para a exportação em razão da sua baixa abertura para o comércio internacional e da dinâmica produtiva local, que tem sua produção concentrada em produtos de baixo valor adicionado. Essa informação pode ser facilmente ilustrada pela balança comercial da Paraíba no gráfico (1) abaixo.

Gráfico 1- Balança comercial da Paraíba entre os anos 2000-2019 em U\$ FOB



Fonte: Elaboração própria através dos dados extraídos do MDIC (2019).

A balança comercial é um importante indicador econômico para revelar se a economia local está alcançando superávits ou déficits. A Paraíba, durante o período dos

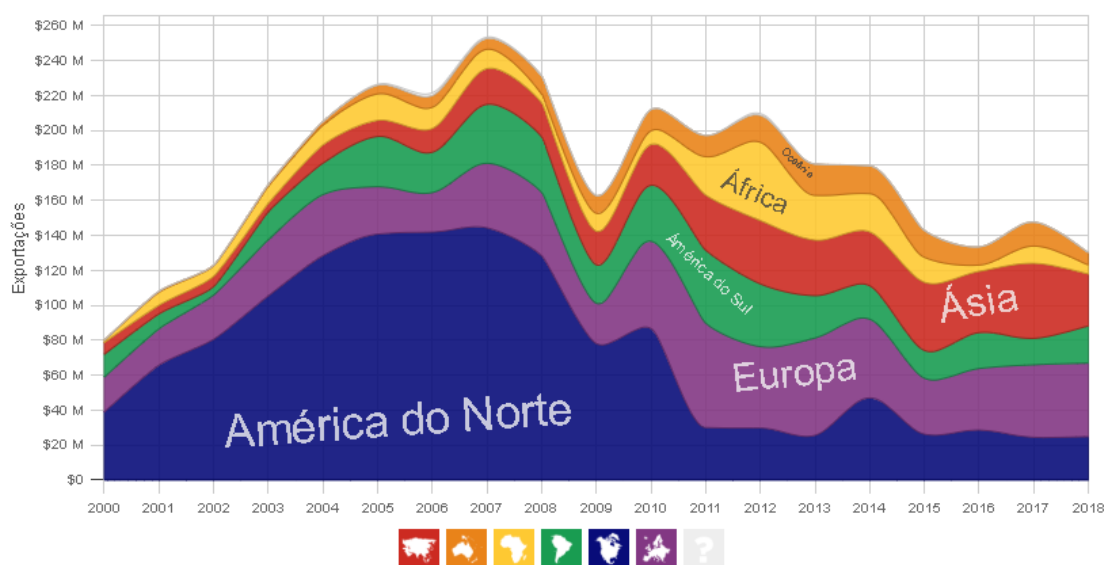
2000-2006, apresenta índices positivos no saldo da balança comercial. No entanto, a partir de 2007 a balança comercial passa de uma sequência de superávits para sucessivos déficits no saldo do estado, que atinge o seu pior resultado em 2011 com um saldo negativo de U\$ 778.641.079. Em 2019, a balança comercial paraibana fechou com o saldo negativo em U\$ 447.539.644.

Apesar das exportações manterem-se constantes ao longo de todos esses anos, em razão da composição da pauta exportadora e do baixo índice de comercialização internacional do estado, apresentaram um alto desempenho entre 2001-2007, no qual atingiu o seu máximo em 2007 com um índice exportador de U\$ 253.388.802. Após a queda das exportações em 2008, o setor exportador paraibano exibe uma elevação acentuada em 2010 com um índice de U\$ 212.024.748. Já as importações, exibiram um crescimento exponencial até 2011, no qual apresenta um declínio entre 2011-2013 e, posteriormente, em 2015-2016. O auge do setor importador foi em 2011, quando obteve um índice de U\$ 975.845.

Os motivos responsáveis pela inversão dos valores da balança comercial do estado são diversos, sendo eles: (i) a baixa abertura comercial; (ii) a falta de dinamismo da pauta exportadora; (iii) a queda do número de empresas exportadoras; (iv) o baixo índice de incentivo para a cultura exportadora; e, por fim, (v) a crise financeira de 2008.

A acentuação no déficit da balança comercial paraibana e na queda das exportações no período de 2007 a 2009 teve como uma das motivações a crise financeira internacional iniciada nos Estados Unidos, uma vez que, de acordo com o MDIC (2018), grande parte dos percentuais das exportações do estado eram destinadas para os Estados Unidos. O gráfico 2 a seguir demonstra o destino das exportações paraibana ao longo dos anos.

Gráfico 2- Principais destinos das exportações paraibanas (2000-2018)



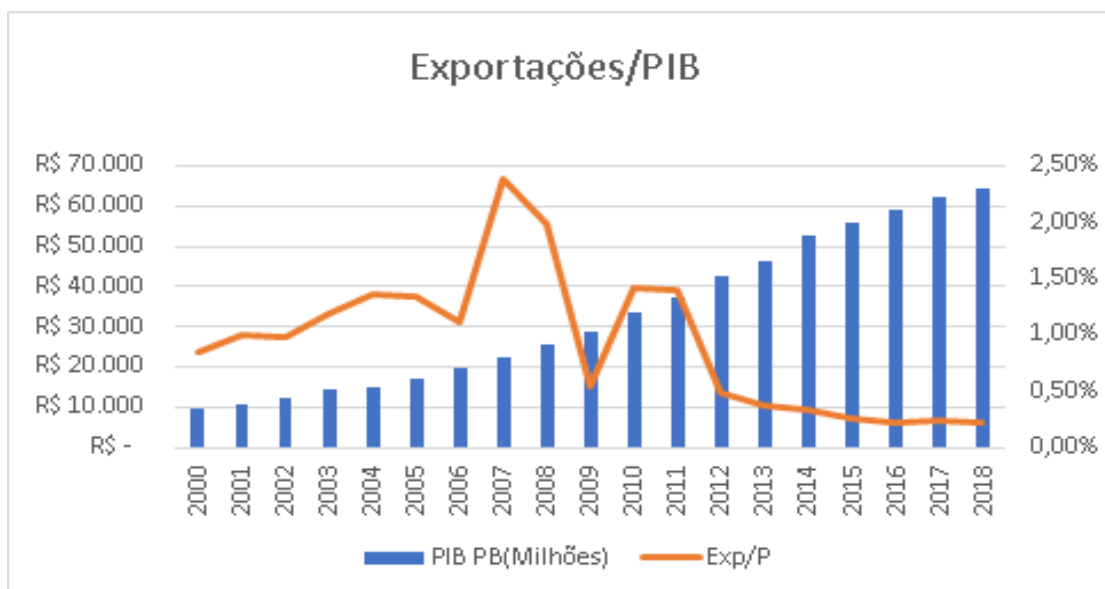
Fonte: DataViva_(2018).

Dado o exposto, observa-se a importância da América do Norte, especificamente os Estados Unidos, no fluxo comercial do estado. Tanto é que, após a crise internacional, há uma queda progressiva e significativa das exportações para a região que, após 2010, perde espaço para outros continentes. A partir de 2010, países do continente europeu e asiático passam a se destacar nas taxas de comercialização da Paraíba, ocupando o espaço da América do Norte em relação ao destino das exportações nos últimos anos analisados.

A partir de 2013, a França assume o posto de principal destino das mercadorias paraibanas. Em 2019, conforme as informações disponibilizadas pelo MDIC, os principais parceiros comerciais do estado eram a França (13%), Estados Unidos (11%), Colômbia (8,2%), Austrália (7,9%), China (6,9%), Bélgica (5,5%), Argentina (5,1%) e a Filipinas (4,6%).

A literatura deixa evidente que há uma relação de causalidade entre as exportações e o crescimento econômico. Contudo, nem sempre as exportações possuem uma participação significativa na composição do PIB de um estado. O caso da Paraíba ilustra perfeitamente essa situação.

Gráfico 3- Exportações/PIB da Paraíba



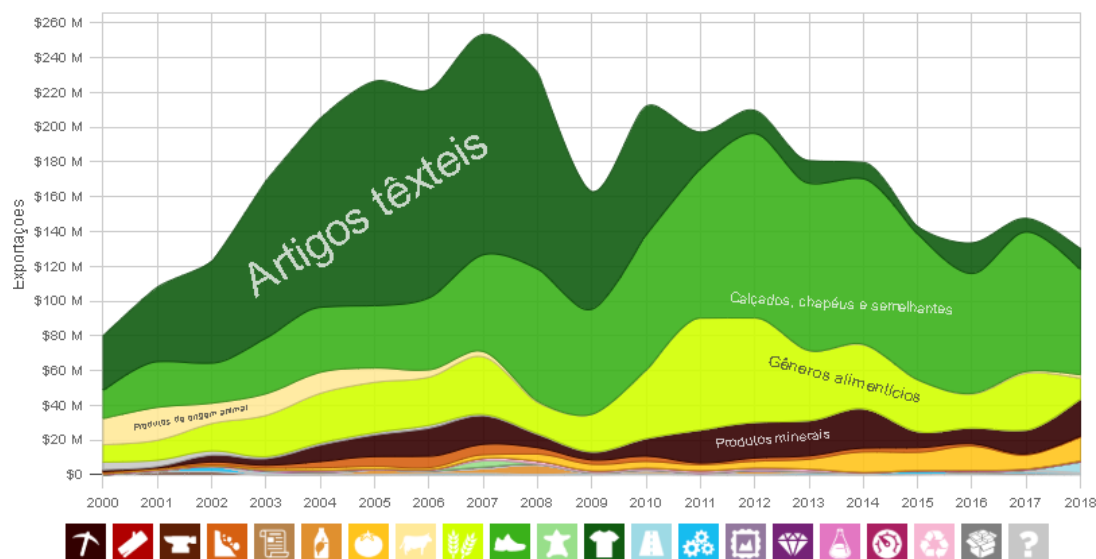
Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE e MDIC (2019)

O período de maior participação das exportações no PIB da Paraíba foi em 2007 e em 2008 com, respectivamente, 2,38% e 1,98%. Observa-se que, no caso do estado, as exportações são minimamente significantes para a composição do PIB, ainda que hajam de forma positiva para o crescimento do mesmo.

De acordo com Carvalho (2015), um dos fatores que contribuem para essa redução da participação das exportações no PIB local é a composição dos bens exportados. Ou seja, uma vez que há um maior nível de tecnologia na produção de bens mais sofisticados, maior o impacto das exportações no crescimento econômico.

Em relação a composição dos produtos exportados pela Paraíba, no início dos anos 2000, havia uma preponderância na comercialização de produtos têxteis. Conforme os dados do MDIC (2018), nota-se que a pauta exportadora do estado é pouco diversificada.

Gráfico 4- composição das exportações do estado da Paraíba (2000-2018)



Fonte: DataViva (2018).

Os anos 2000 estão marcados por uma maior variação na pauta exportadora, porém, são produtos de baixo valor agregado. Observa-se que, a partir de 2009, há uma mudança no padrão das exportações paraibanas, no qual o setor calçadista ascende positivamente e substitui o lugar do setor têxtil como principal produto exportado. Dados de 2019 retratam que o setor calçadista compõe mais da metade do índice das exportações do estado, com 54% do total dos produtos exportados.

Dado o exposto, os setores que mais se destacam na pauta exportadora da Paraíba são: calçadista, têxtil, sucroalcooleiro, alimentício, mineração e o de algodão. O quadro a seguir mostra quais são os principais produtos exportados pela Paraíba de 2000 a 2019.

Quadro 1- Principais produtos exportados na Paraíba de 2000 a 2019

Calçados de borracha e couro - 36,6%
Tecidos atoalhados, de algodão e cru - 26,1%
Açúcares e melaços - 6,8%
Ilmenita e outros tipos de minérios - 6,7%
Álcool etílico - 5,5%
Peixes, moluscos e crustáceos - 3,5%
Suco de frutas - 2,9%
Soja e melão - 2,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MDIC (2019).

Ao longo do período analisado, o estado manteve seu leque de produtos quase inalterado, concentrando a sua pauta exportadora em produtos primários e manufaturados de baixo valor agregado. Desse modo, essa característica do setor exportador dificulta uma mudança significativa na contribuição das exportações para o crescimento econômico local.

Outro fator que contribui para o baixo rendimento do estado no setor internacional é o número de empresas que exportam. De acordo com Carneiro, Bianchi e Gomes (2015), um dos maiores obstáculos para superar esse baixo relacionamento entre as empresas e as exportações é a falta de conhecimento ou de experiência dos gestores que, conseqüentemente, leva a insegurança e a falta de interesse para comercializar internacionalmente.

A tabela a seguir mostra o número de empresas exportadoras por municípios da Paraíba desde os anos 2000 até 2019:

Tabela 1- Número de empresas exportadoras da Paraíba de 2000 a 2019

Município	João Pessoa	Campina Grande	Santa Rita	Cabedelo	Outros	Total
2000	15	6	4	9	14	48
2001	12	6	4	16	17	55
2002	20	8	6	17	21	72
2003	21	14	5	13	26	79
2004	24	19	6	11	22	82
2005	26	17	4	10	27	84
2006	28	21	5	14	22	90
2007	31	17	6	8	27	89
2008	18	15	6	6	29	74
2009	20	15	6	4	23	68
2010	20	15	4	4	21	64
2011	17	12	3	4	25	61
2012	18	13	4	6	21	62
2013	10	14	3	5	24	56
2014	14	13	5	4	26	62
2015	14	8	5	4	24	55
2016	23	14	5	6	24	72
2017	17	12	5	5	23	62
2018	18	10	5	4	28	65
2019	24	12	7	5	33	81

Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do MDIC (2019).

O período de maior número de empresas exportadoras na Paraíba foi de 2004 a 2007, justamente na época em que o índice de exportações atingiu o seu auge e aumentou a sua parcela de contribuição para o crescimento econômico do Estado. Diante do que foi mostrando, percebe-se a importância de haver uma conexão entre a esfera privada e a pública, uma vez que para que haja um crescimento econômico no longo prazo, os índices de exportações precisam ser significativos e, para tanto, o crescimento das exportações está intrinsecamente ligado à entrada de novas empresas no setor.

Observa-se que, após a crise financeira de 2008 e com a queda das exportações para os Estados Unidos, há uma diminuição no número de empresas exportadoras do estado, o

que, conseqüentemente, contribuiu de forma significativa para conversão de uma balança comercial superavitária para uma deficitária. Além disso, conforme Silva (2018), a falta de planejamento estratégico para a exportação é um fator que favorece a redução de empresas no setor, visto que a ausência da qualificação necessária para a exportação dificulta a inserção de uma empresa no âmbito internacional.

Com o objetivo de superar esses obstáculos à exportação, o Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX) atua na Paraíba auxiliando as empresas locais a se capacitarem para entrar no mercado internacional com segurança, ou seja, ao elaborar estratégias e diagnósticos em áreas estratégicas para a exportação, o projeto visa impulsionar a cultura exportadora do estado e desenvolver tecnicamente as empresas do estado para o mercado externo (OLIVEIRA, 2018).

Em síntese, apesar de existir essa relação entre as exportações e o crescimento econômico, a região paraibana não apresenta resultados significativos da participação das exportações na composição do PIB estatal. Isso ocorre devido à composição das suas exportações que, majoritariamente, é pautada em produtos de baixo valor agregado e, além disso, em razão da baixa participação das empresas locais no setor.

Não obstante a relação entre o setor exportador com o crescimento econômico da Paraíba, a seção seguinte abordará quais os impactos das exportações no desenvolvimento local, posto que nem sempre os índices de crescimento se convertem em desenvolvimento para a sociedade. De antemão, é possível identificar que no caso da Paraíba as exportações são compostas por produtos de baixo valor adicionado cuja produção extensiva gera baixo rendimento para o setor. Sendo assim, a tendência é que esse setor adote uma mão-de-obra com baixa remuneração, o que, conseqüentemente, tem pouco efeito multiplicador na renda da população local e, conseqüentemente, dificulta o desenvolvimento, no sentido mais amplo, do estado.

3. Aspectos do Desenvolvimento Humano na Paraíba

A Paraíba corresponde a 0,7% do território brasileiro e está localizada em uma região que é majoritariamente semiárida. Suas características geográficas e econômicas limitam, de certa forma, o desenvolvimento de algumas atividades econômicas que requerem maior nível de tecnologia que, possivelmente, poderiam contribuir de maneira mais significativa na renda mensal da população. No entanto, nos últimos anos, o estado paraibano tem passado por importantes transformações sociais (MENDES et. al, 2012).

Ao transferir o foco do crescimento econômico para as capacidades dos seres humanos, a abordagem do desenvolvimento humano nos permite analisar a situação socioeconômica do estado por meio dos pilares da renda, saúde e da educação (ALKIRE, 2010). Como um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) explora além da dimensão econômica do desenvolvimento e nos permite uma análise mais próxima da realidade local e das desigualdades existentes no estado.

Tabela 2- IDH/IDH-M na Paraíba.

Ano	IDH/IDHM PB
2000	0,506
2002	0,678
2004	0,62
2005	0,638
2006	0,621
2008	0,618
2010	0,658
2011	0,681
2012	0,682
2013	0,692
2014	0,794
2016	0,709
2017	0,722

Fonte: Elaboração própria através de dados do PNUD (2019).

A partir dessa tabela, é possível ressaltar que a Paraíba ainda se encontra em uma situação de subdesenvolvimento em expansão, já que os índices de IDH aumentaram com o passar dos anos, mas ainda assim estão aquém do ideal para uma melhor qualidade de vida da população local. Vale lembrar que o índice será mais satisfatório quando seus resultados forem mais próximos do número 1. Sendo assim, o estado paraibano ainda está em um patamar médio de desenvolvimento humano, com exceção dos anos de 2014, 2016 e 2017, no qual a Paraíba conseguiu atingir um índice de desenvolvimento mais elevado.

No entanto, IDH possui algumas limitações analíticas que fazem com que o seu cálculo não leve em consideração um fator importante para o estudo do desenvolvimento, que é a desigualdade de renda. Por outro lado, o coeficiente de Gini é capaz de mensurar a desigualdade existente na distribuição de renda de uma determinada localidade, fazendo com

que o seu índice seja comumente utilizado como uma ferramenta complementar na análise do desenvolvimento. Em termos simples, o coeficiente corresponde a um número entre 0 e 1, cujo o zero representa a completa igualdade de renda, isto é, quanto mais o índice se aproximar ao valor de 1, mais elevada será a desigualdade de renda do local (TODARO E SMITH, 2015).

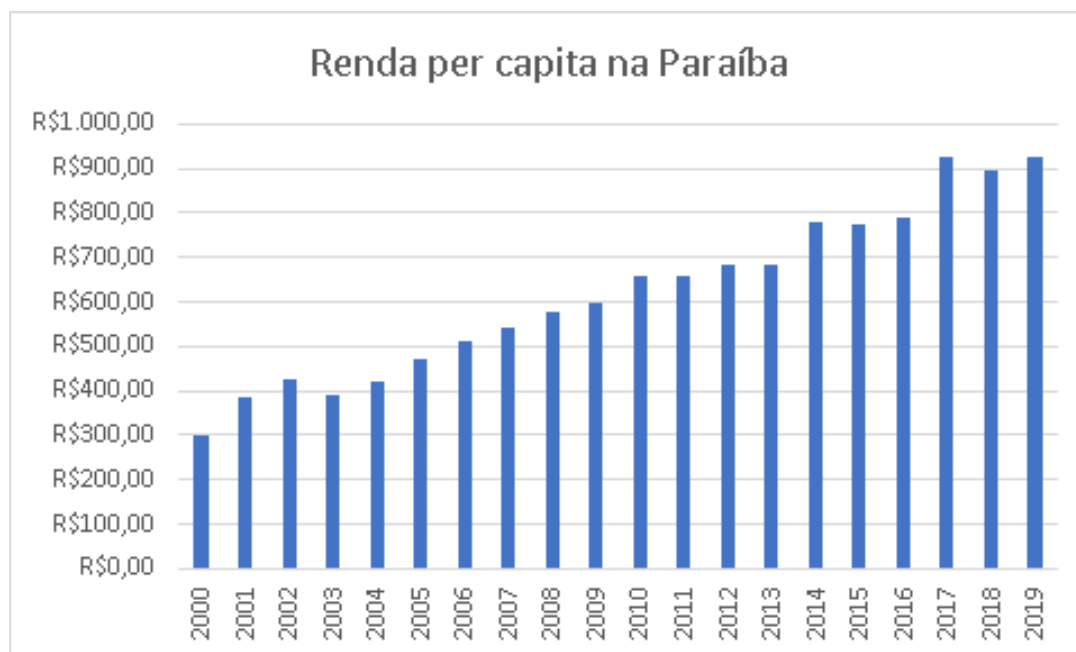
Gráfico 5- Coeficiente de Gini da Paraíba (2000-2019)



Fonte: Elaboração própria através de dados do PNAD e IBGE (2019)

Os indicadores de distribuição de renda na Paraíba revelam a existência de uma elevada desigualdade social. Vale observar que, no período em que a balança comercial do estado esteve em superávit, os níveis de desigualdade foram maiores. Com exceção do ano de 2007 que a balança estava deficitária, mas o índice de exportações estava mais elevado, nesse período, o coeficiente de Gini chegou a atingir a máxima de 0,598. De certa forma, a desigualdade de renda do estado se manteve constante, sem nenhuma redução significativa ao longo dos anos, mesmo com o aumento do PIB local.

A situação socioeconômica da Paraíba é oriunda da baixa capacidade produtiva do estado que, ao ser associada com fraca qualificação da mão-de-obra, com os índices inferiores de comércio internacional e de investimentos por parte do governo, aliados à alta desigualdade de renda do estado, dificulta a saída do estágio de subdesenvolvimento local e reverbera na baixa remuneração da população, o que leva a um nível de renda insatisfatório (MENDES ET AL, 2012).

Gráfico 6- Renda per capita na Paraíba (2000-2019)

Fonte: Fonte: Elaboração própria através de dados do IPEA e IBGE (2019)

A renda per capita do estado passou de R\$ 299,00, nos anos 2000, para R\$924,00 em 2019, revelando um aumento bastante elevando de renda para a população. Contudo, conforme dados do IBGE (2019), a Paraíba ainda permanece sendo o 23º estado do Brasil com a menor renda mensal, o que compromete diretamente o bem-estar daqueles que residem o estado. Já que a renda, apesar de não ser o principal meio para estimular o desenvolvimento humano, afeta de forma significativa os indicadores de saúde e de educação, de modo que haja uma certa interdependência entre a expectativa de vida, o nível de alfabetização e a renda da população local (DEATON, 2015).

Embora não exista uma relação fixa entre a renda e a expectativa de vida, Deaton (2015) ressalta que, analisar um quadro de subdesenvolvimento sob a perspectiva da existência de uma interdependência entre a expectativa de vida e renda, nos força a perceber que o bem-estar é distribuído de forma desigual e essa divisão é mais acentuada quando ambas as variantes são analisadas em conjunto e não separadamente. Isto posto, no caso paraibano ao passo que a renda mensal da população aumentou com o passar dos anos, a expectativa de vida foi elevada. O gráfico (7) abaixo demonstra essa evolução.

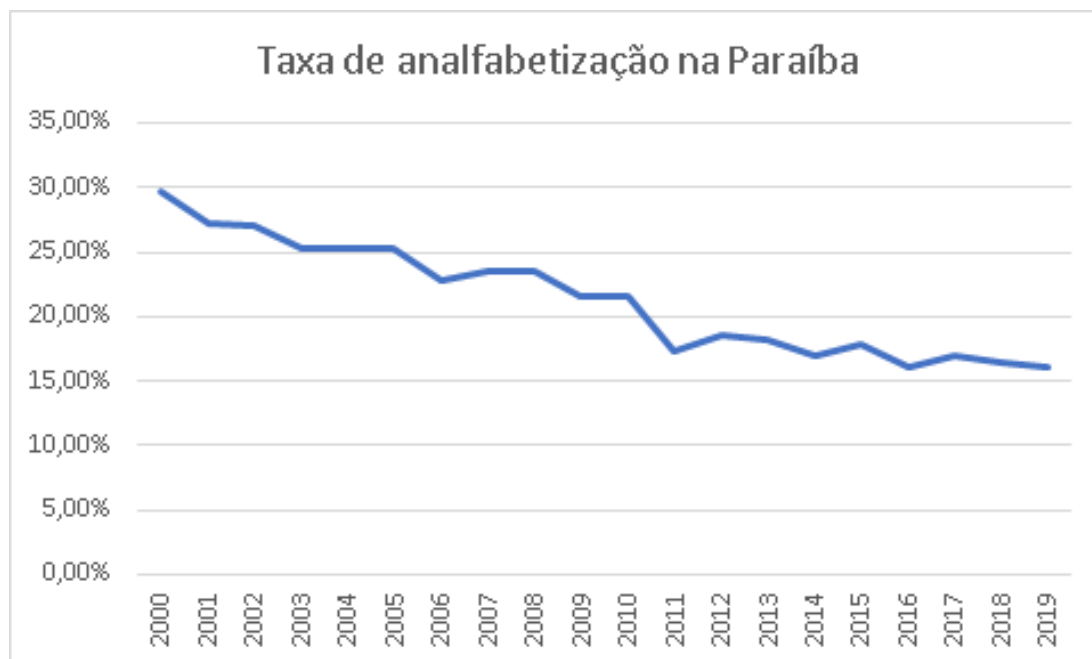
Gráfico 7- Expectativa de vida da Paraíba (2000-2019)

Fonte: Elaboração própria através de dados do IBGE (2019)

Nos anos 2000, a esperança de vida ao nascer era de 65 anos, elevando-se para 71,1 anos em 2010. Associada com os índices de melhoria de renda e de qualidade de vida da população paraibana, a expectativa de vida em 2019 aumentou para 74,1 anos. Contudo, conforme os dados do IBGE (2019), o estado ainda está 2,5 anos abaixo da média nacional e, portanto, a qualidade de vida da população local está aquém do desejado para um bom índice de desenvolvimento humano.

Dentre os fatores que contribuem para o fenômeno de subdesenvolvimento do estado está a realidade da educação paraibana. Sachs (2004) afirma que, pelo seu valor intrínseco, a educação contribui para o despertar cultural da população, elevando o nível de conscientização e de compreensão acerca dos direitos humanos, sendo capaz de prover maior autonomia e capacidade para os seres humanos. Além disso, é uma condição necessária para o aumento da empregabilidade e para uma maior remuneração da população local.

O baixo índice de renda per capita da Paraíba serve como parâmetro para indiciar as repercussões negativas que a baixa escolaridade exerce no potencial de geração de riquezas para os residentes do estado. Mendes et al. (2012) alegam que, em 2008, cerca de 63,7% do estrato dos paraibanos possuíam menos de oito anos de estudo, o que favorece significativamente o baixo rendimento per capita do estado. Outro fator preocupante que inibe um maior desenvolvimento do estado é a taxa de analfabetização dos indivíduos com mais de 15 anos.

Gráfico 8- Taxa de analfabetização na Paraíba (2000-2019)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2019).

A taxa de analfabetismo da Paraíba, apesar de ter apresentado um indicador de redução ao longo dos anos, ainda permanece inferior ao desejável para elevar o nível de desenvolvimento do estado. Com um índice de 16,10% de analfabetos em 2019, a Paraíba ficou entre um dos estados brasileiros com a maior número de analfabetos por habitantes. A redução dessa porcentagem é reflexo de uma maior frequência escolar, que, nos últimos anos, aumentou para mais de 95% (MENDES ET AL, 2012).

Dados do IBGE estimam que mais de 90% dos alunos paraibanos frequentam o ensino público, que, por sua vez, possui índices precários de qualidade. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), divulgado em 2019 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), constatou que cerca de $\frac{3}{4}$ dos estudantes paraibanos terminam o seu período escolar de 12 anos sem assimilar conhecimentos básicos suficientes para passar no vestibular ou, até mesmo, adentrar competitivamente no mercado de trabalho.

Ademais, os números comprovam a influência de uma renda maior no nível de educação dos estudantes paraibanos. Enquanto 7,25% dos alunos do 3º ano das escolas privadas conseguem atingir o nível 8, o mais elevado, na prova de matemática, apenas 0,18% dos alunos da rede pública conseguem atingir esse nível. Na avaliação da língua portuguesa,

5,17% dos alunos da rede privada atingem o nível 8, ao passo que somente 0,1% dos alunos das escolas públicas conseguem atingir esse resultado.

Considerações Finais

A literatura adotada nesse trabalho indica que o comércio internacional influencia a elevação das taxas de crescimento econômico, uma vez que as exportações exercem um papel determinante no desempenho econômico local. O aumento na atividade setor exportador tem a capacidade de gerar transformações na estrutura produtiva e na composição da demanda local que, conseqüentemente, são revertidas em resultados positivos para o PIB de um determinado território.

No caso da Paraíba, a análise realizada constata que, apesar do potencial a ser explorado, o comércio internacional do estado ainda possui uma pequena participação na composição do PIB local. Esse fato ocorre por quatro motivos: (i) a baixa abertura comercial; (ii) a escassez de dinamismo na pauta exportadora; (iii) o declínio do número de empresas exportadoras; e, por fim, (iv) a falta de incentivo governamental a cultura exportadora. Os déficits sucessivos da balança comercial paraibana não contribuem de forma significativa para o crescimento econômico do estado. Todavia, no período em que o setor exportador esteve em alta, a sua participação na composição do PIB foi mais elevada, o que confirma a correlação entre o comércio internacional e o crescimento econômico.

Como foi afirmado nos capítulos acima, o crescimento econômico e o desenvolvimento humano são dois fenômenos distintos que não possuem uma correlação imediata. Enquanto o crescimento enfatiza os aspectos quantitativos, o desenvolvimento humano preza pelos aspectos qualitativos. No desenvolvimento humano há uma combinação entre os aspectos sociais e econômicos que, juntamente com os processos institucionais, estabelece como objetivo assegurar uma melhor qualidade de vida para o ser humano.

O propósito central desse trabalho era analisar o porquê do crescimento econômico, oriundo do comércio internacional, não se convertia em níveis satisfatórios de desenvolvimento humano na Paraíba. De acordo com os dados que foram coletados, foi constatado que a contribuição do comércio internacional para o desenvolvimento do estado é ainda menor do que para o crescimento. A exportação de produtos com baixo valor agregado gera um rendimento menor para o setor, que opta por contratar uma mão-de-obra com baixa remuneração, o que afeta negativamente os índices de renda per capita dos paraibanos. Além disso, observa-se que o problema da elevada desigualdade social existente no estado tende a ser mantido uma vez que a distribuição dos ganhos setoriais não é equânime.

A baixa renda predominante entre os residentes da Paraíba reflete nos outros pilares do desenvolvimento do estado. Os dados referentes a educação estão muito aquém do necessário para o aumento da qualidade de vida da população local. Por mais que ao longo dos anos analisados tenha ocorrido uma certa evolução dos indicadores, os índices educacionais da Paraíba ainda são precários, especialmente os relativos à rede pública de ensino. Ademais, o índice inferior de expectativa de vida do estado nos mostra que a população não dispõe de um acesso adequado a saúde, o que intervém diretamente no bem-estar social dos residentes locais, principalmente daqueles que possuem um baixo rendimento mensal.

O fenômeno do subdesenvolvimento existente na Paraíba fez com que o estado, ao longo do período analisado, obtivesse uma certa ascensão econômica. Ainda assim, a qualidade de vida local está longe do ideal de desenvolvimento humano que foi estabelecido pela ONU. Para superar essa situação, o governo paraibano deveria desenvolver uma política pública ativa melhor elaborada, capaz estimular o setor privado a buscar maior inserção internacional, objetivando a exportação de produtos de maior valor agregado capacitados para gerar mais rendimento para o estado. Ao aumentar os rendimentos, a segunda preocupação do governo deveria ser com a forma que os mesmos são distribuídos para a população. Nesse caso, o governo deveria focar em maiores investimentos em educação, visto que uma educação de qualidade induz à maior capacitação profissional e, conseqüentemente, a uma maior remuneração da mão-de-obra local. Os investimentos também devem incorporar a saúde estatal, para a população de baixa renda ter acesso a uma saúde com mais qualidade.

Dado o exposto, fica evidente a situação de subdesenvolvimento em expansão da Paraíba, isto é, o estado experiencia uma elevação nos níveis de crescimento econômico, mas não os converte em desenvolvimento humano para a população residente. Por mais que as exportações proporcionem uma parcela de rendimento para o estado, essa renda é distribuída de forma desigual e não reverbera nos residentes do estado.

Referências

- ALKIRE, Sabina. **Human Development: Definitions, Critiques, and Related Concepts**. OPHI Working Paper, Oxford, n. 36, p. 1-54, 2010.
- ANDERSEN, Lill; BABULA, Ronald. **The link between openness and long-run economic growth**. J. Int'l Com. & Econ., v. 2, p. 1-31, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Base de dados exportações e importações valor FOB**. Brasília, 2019.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Cadastro de empresas exportadoras anual**. Brasília, 2019.
- CARNEIRO, J.; BIANCHI, C.; GOMES, R. M.; **Exportações Brasileiras: Benefícios e Obstáculos na Percepção das Empresas**. TAC. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, art. 2, p. 22-38, jun. 2016.
- CARVALHO, Gonçalo Nuno Brites de. **A relação entre as Exportações e o Crescimento Económico: Análise do Caso Português**. Universidade de Coimbra, Portugal, 2015.
- COSTA, Júlia Mendonça da. **Teorias do crescimento econômico: Um Estudo Comparado**. UNESP, Araraquara, 2007.
- DATAVIVA. **Panorama do comércio internacional da Paraíba**. Disponível em: < <http://dataviva.info/pt/location/2pb/trade-partner> >. Acesso em: 06 abril 2020.
- DEATON, Angus. **The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality**. New Jersey: Princenton University Press, 2015.
- FELER, Rafael Dornelles. **O comércio internacional como promotor do crescimento econômico: o caso da América do Sul**. Nexus Econômicos, Bahia, v. IV, p. 117-152, 2010.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.
- HABERLER, Gottfried. **Crescimento econômico e estabilidade: uma análise da evolução e das políticas econômicas**. Zahar Editora, 1976.

HEILBROMER, Robert. **A História do Pensamento Econômico**. 6°. ed. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama geral do estado da Paraíba**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> > Acesso em: 14 setembro 2020

INEP. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados>>. Acesso em: 24 fevereiro 2021.

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Indicadores de renda, saúde e educação**. Disponível em: < <http://ipeadata.gov.br/beta3/#/lista-de-serie?ascOrder=desc&base=social&busca=&columnOrdering=SERATUALIZACAO&fontes=IBGE&skip=0&tema=> > Acesso em: 05 dezembro 2020

JONES, Charles J. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. 4°. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

KALDOR, Nicholas. **The Effects of Interregional and International Competition. In: Causes of Growth and Stagnation in the World Economy**, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

MACHADO, Kelli Prezzotto. **Impacto das exportações no crescimento econômico: análise do caso brasileiro**. Francisco Beltrão, Paraná, 2017.

MENDES, Constantino Cronemberger et al. **A Paraíba no Contexto Nacional, Regional e Interno**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

MOREIRA, Uallace. **Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa**. Rev. Econ. Polit. [online]. 2012, vol.32, n.2, p.213-228.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, v. 5, n. 2, 2002

OLIVEIRA, Ivan Thiago Machado. **Livre comércio versus Protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional**. Revista Uratágua, Paraná, p. 1-18, 2007.

OLIVEIRA, Karina Patrícia Cordeiro de. **O PEIEX como ferramenta de Fomento às Exportações e à Competitividade: Uma análise da sua atuação na Paraíba**. UEPB, João Pessoa, 2018.

- PNAD- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. **Coefficiente de Gini da Paraíba.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads> > Acesso em: 10 janeiro 2021.
- PNUD- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map> > Acesso em: 15 novembro 2020.
- PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- RAY, Debraj. **Development economics.** 1°. ed. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1998.
- REINERT, Erik s. **How Rich Countries Got Rich and Why Poor Countries Stay Poor.** New York: PublicAffairs, 2019.
- RODRIGUES, Domingos de Gouveia. **Crescimento econômico e desenvolvimento econômico.** 1°. ed. [S. l.]: Publicado indepenentemente, 2018.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Includente, Sustentável e Sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2008.
- SEN, Amartya. **Commodities and Capabilities.** New York: Oxford University Press, 1999.
- SEN, Amartya. **On ethics and Economics.** New York: Blackwell, 1987.
- SILVA, José Alderir da; LOURENÇO, André Luís Cabral de. **Teorias do Comércio Internacional, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico.** Revista Economia Ensaios, Uberlândia, v. 32, n. 1, p. 159-188, 2017.
- SILVA, Letícia Monteiro. **Planejamento Estratégico Para Exportação: Relevância Para Inserção no Mercado Internacional.** UFPB, João Pessoa, 2018.
- SMITH, Adam. **Riqueza das nações: Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações.** 1°. ed. São Paulo: Madras, 2009.
- STANTON, Elizabeth A. **The Human Development Index: A History.** Political Economy research institute, Amherst, n. 127, p. 1-36, 2007.
- THIRLWALL, Anthony Philip. **A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações.** Brasília: Ipea, 2005.
- TODARO, Michael P.; SMITH, Stephen C. **Economic Development.** 12°. ed. New Jersey: Pearson Education Inc, 2015.
- WEIL, David N. **Economic Growth.** 3°. ed. New Jersey: Pearson Education Inc, 2013.

